

**XXVII CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI PORTO ALEGRE – RS**

**DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

EVERTON DAS NEVES GONÇALVES

GINA VIDAL MARCILIO POMPEU

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG – Minas Gerais

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS – Sergipe

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul

Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - Unimar/Uninove – São Paulo

Representante Discente – FEPODI

Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro

Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC – Santa Catarina

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP – São Paulo

Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF – Distrito Federal (suplente)

Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP – São Paulo (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - IMED – Santa Catarina

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR – Ceará

Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM – Distrito Federal

Relações Internacionais para o Continente Americano

Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG – Goiás

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo

Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB – Paraíba

Eventos:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch (UFMS – Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho (Unifor – Ceará)

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta (Fumec – Minas Gerais)

Comunicação:

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro (UNOESC – Santa Catarina)

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho (UPF/Univali – Rio Grande do Sul)

Dr. Caio Augusto Souza Lara (ESDHC – Minas Gerais)

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP – Pernambuco

D597

Direito, economia e desenvolvimento econômico sustentável [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/ UNISINOS

Coordenadores: Everton das Neves Gonçalves; Gina Vidal Marcilio Pompeu. – Florianópolis: CONPEDI, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-722-9

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Tecnologia, Comunicação e Inovação no Direito

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. XXVII Encontro Nacional do CONPEDI (27 : 2018 : Porto Alegre, Brasil).

CDU: 34



XXVII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI PORTO ALEGRE – RS

DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Apresentação

“Como a aurora precursora no farol da divindade, foi o vinte de setembro o precursor da liberdade”... E assim começa o Hino do Rio Grande do Sul pugnando pela liberdade que, para nós, também é acadêmica segundo ação com autonomia e liberdade de cátedra nas Universidades, Pública, gratuita e de qualidade; Privadas e Fundacionais. Esse o entendimento do GT 61. Direito, economia e desenvolvimento econômico sustentável que busca, sim, a ação dos sujeitos de Direito voltada para o desenvolvimento sem descuidar da preservação de valores como a sustentabilidade, do respeito aos direitos e garantias individuais e coletivos, das liberdades individuais, da proteção da vida, da natureza, da Pátria Brasileira de forma intergeracional. Nesse desiderato, reunimo-nos; Coordenadores: Prof. Dr. Everton das Neves Gonçalves, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu, da Universidade de Fortaleza – UNIFOR; além dos dedicados pesquisadores com seus relevantes trabalhos acadêmicos como se vê: 1) ECONOMIA, DIREITO E POLÍTICA - TRÊS FACES DO CAPITALISMO, de Renato Martins Raimundo; 2) SOBERANIA ECONÔMICA: OS INSTRUMENTOS DE EXERCÍCIO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, de Hertha Urquiza Baracho e Wellington de Serpa Monteiro; 3) A INDÚSTRIA DA MODA EM CONFLITO: O PARADIGMA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO VERSUS O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE, de Camile Serraggio Girelli, Karen Beltrame Becker Fritz; 4) A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E A TEORIA DE RICHARD ALLEN POSNER, de Everton das Neves Gonçalves e Amana Kauling Stringari; 5) DIREITO À EDUCAÇÃO PÚBLICA UNIVERSAL DE QUALIDADE, DIREITO AO DESENVOLVIMENTO E O VALOR SOCIOECONÔMICO DA EDUCAÇÃO, de Caio Gama Mascarenhas; 6) A FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA SOB A ÓTICA DA ORDEM ECONÔMICA CONSTITUCIONAL COMO FORMA DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E A INTERSECÇÃO COM OS PRINCÍPIOS GUIA DA ONU, de Rodrigo Rodrigues da Luz; 7) É POSSÍVEL FALAR EM DESENVOLVIMENTO NA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ?, de Otávio Bruno da Silva Ferreira e Juliana Rodrigues Freitas; 8) A DIFERENCIAÇÃO DE PREÇOS CONFORME OS MEIOS DE PAGAMENTO E SEUS IMPACTOS PARA O CONSUMIDOR, de Daniela Silva Fontoura de Barcellos e Tatiana Silva Fontoura de Barcellos Giacobbo; 9) RESTITUIÇÃO DO ICMS PAGO A MAIOR NOS CASOS DE

SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA PARA FRENTE E OS REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO, de Lucas Pires Maciel e Maria de Fatima Ribeiro; 10) A EVOLUÇÃO DA INCLUSÃO DOS ASPECTOS SOCIAIS DA SUSTENTABILIDADE NO LIVRE-COMÉRCIO INTERNACIONAL, de Izabel Rigo Portocarrero e Pamela de Almeida Araújo; 11) COMÉRCIO JUSTO E DESENVOLVIMENTO PLURIDIMENSIONAL: UM OLHAR SOBRE AS POSSIBILIDADES NA SOCIEDADE EM REDE, de Isadora Kauana Lazaretti e Giovanni Olsson; 12) DESIGUALDADE, CAPITALISMO E POLÍTICA ECONÔMICA NA PERSPECTIVA KEYNESIANA, de Marcus Vinícius Parente Rebouças e Analice Franco Gomes Parente; 13) O PAPEL DOS GRANDES PROJETOS GOVERNAMENTAIS NO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, de Suzy Elizabeth Cavalcante Koury e Vanilson Rodrigues Fernandes; 14) A TEORIA DA REGULAÇÃO APLICADA AO CMED: UM PARALELO ENTRE O CONTROLE DE PREÇOS SOBRE A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA E AS ANÁLISES DE ANTHONY OGUS, de Victor Bruno Rocha Araujo e Antonio Pedro de Melo Netto; 15) CONHECIMENTOS TRADICIONAIS VERSUS CONHECIMENTO CIENTÍFICO: O PAPEL DA ETNOBIODIVERSIDADE NA RUPTURA DO DESENVOLVIMENTO HEGEMÔNICO, de Camila Morás da Silva e Isabel Christine Silva de Gregori; 16) ANÁLISE SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, de Fabiana Félix Ferreira e Yuri Nathan da Costa Lannes; 17) O NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO E A FUNÇÃO SOCIAL, SOLIDÁRIA E SUSTENTÁVEL DA EMPRESA, de Thiago Cortes Rezende Silveira e Camila Cortes Rezende Silveira Dantas; 18) EMPRESAS TRANSNACIONAIS E SUA INFLUÊNCIA NA SOBERANIA ESTATAL: O CASO FACEBOOK, de Junia Gonçalves Oliveira e Eloy Pereira Lemos Junior; 19) O DESENVOLVIMENTO NACIONAL E A FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA, de Kleber Gil Zeca; 20) ADEQUAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: VIAS POSSÍVEIS PELO ZONEAMENTO AMBIENTAL E PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS, de Adir Ubaldo Rech e Sandrine Araujo Santos; 21) SOLIDARISMO CATÓLICO: UM SISTEMA POLÍTICO-ECONÔMICO-SOCIAL ALTERNATIVO PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, de João Victor Petinelli Faria; 22) QUAL SERÁ O TAMANHO DA FIRMA? ANÁLISE DO FENÔMENO DA ECONOMIA COLABORATIVA EM PERSPECTIVA DO IMPACTO SOBRE OS CUSTOS DE TRANSAÇÃO, de Éderson Garin Porto. Destarte, foram tratados, no GT 61, temas cuja importância é ululante frente ao cenário de transição política para o Brasil, a partir de janeiro de 2019, com a posse do novo Governo da República encabeçado pelo eleito presidente Jair Bolsonaro. Assim, discutiu-se sobre economia, Direito e política, soberania econômica, globalização e desenvolvimento sustentável, indústria da moda e sustentabilidade, Análise Econômica do Direito, educação pública universal de qualidade, função social da empresa, cadeia produtiva do açaí, diferenciação de preços conforme os meios de pagamento, restituição do ICMS, sustentabilidade no livre-comércio internacional,

comércio justo e desenvolvimento pluridimensional, política econômica na perspectiva keynesianas, projetos governamentais no desenvolvimento da Amazônia, regulação e controle de preços sobre a indústria farmacêutica, conhecimentos tradicionais versus conhecimento científico: a etnobioidiversidade, função social, solidária e sustentável da empresa, empresas transnacionais, espaço urbano, zoneamento ambiental e pagamento por serviços ambientais, solidarismo católico, economia colaborativa e custos de transação. Portanto, em meio a necessidade de intervenção estatal, própria do Direito Econômico, urge mensurar, por assim dizer, o nível dessa intervenção; ou seja, se pró-liberal ou segundo pesada intervenção Estatal, se maximizadora dos ideais liberais ao estilo dos chamados “Chicago boys” ou segundo ideologias de “esquerda”. Ao que parece, pelo resultado das urnas, em 2018, o Brasil haverá de entrar em processo de flexibilização das relações de produção e de maximização de resultados segundo agenda desestatizante e, ainda, minimalista de Estado conforme ao modelo econômico liberal, político centralizador e jurídico conservador. Que venham os desafios da economia e da sustentabilidade para 2019 e lá estaremos para os estudos da Ciência Econômica, do Direito e da Sustentabilidade. Até Goiânia em 2019.

Prof. Dr. Everton Das Neves Gonçalves - UFSC

Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR

Nota Técnica: Os artigos que não constam nestes Anais foram selecionados para publicação na Plataforma Index Law Journals, conforme previsto no artigo 8.1 do edital do evento. Equipe Editorial Index Law Journal - publicacao@conpedi.org.br.

**O PAPEL DOS GRANDES PROJETOS GOVERNAMENTAIS NO
DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**

**THE ROLE OF LARGE GOVERNMENT PROJECTS IN THE DEVELOPMENT OF
THE AMAZON**

**Suzy Elizabeth Cavalcante Koury ¹
Vanilson Rodrigues Fernandes ²**

Resumo

O presente artigo pretende abordar o papel dos grandes projetos governamentais no desenvolvimento da Amazônia, pois embora tragam a promessa de melhoria das condições de vida, os megainvestimentos têm produzido o aumento de problemas socioambientais, sem contar que modificam sobremaneira o modo de vida das populações tradicionais. O problema de pesquisa consiste em prescrutar, a partir de exposição de casos específicos que parametrizam o potencial dos grandes projetos, além da pesquisa bibliográfica, se houve o cumprimento das metas de desenvolvimento, ou se o que ocorreu foi a piora das condições de vida dos amazônidas.

Palavras-chave: Amazônia, Grandes projetos, Desenvolvimento, Problemas

Abstract/Resumen/Résumé

The present article intends to address the role of large government projects in the development of the Amazon, because although they promise the improvement of living conditions, mega projects have produced an increase in social and environmental problems, not to mention that they greatly modify the way of life of traditional populations . The research problem consists in examining specific cases that parameterize the potential of large projects, in addition to bibliographical research, whether the development goals were met, or what happened was the worsening of the living conditions of the Amazonians.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Amazon, Great projects, Development, Problems

¹ Doutora

² mestrando

INTRODUÇÃO

Desde o primeiro contato dos europeus com a região amazônica, o fascínio e o imaginário de encontrar riquezas abundantes motivaram inúmeros aventureiros a se embrenhar na floresta. O próprio nome do rio que banha a região, Amazonas, é atribuído às lendárias guerreiras Icamiabas¹.

Foi nesse mesmo diapasão que se propalou a existência de um Eldorado na região, uma mítica cidade de ouro, que atraiu inúmeros exploradores europeus. A grande floresta, entrecortada por rios de dimensões oceânicas, sempre fomentou no colonizador o mito da riqueza fácil e a busca por metais preciosos moveu os primeiros estrangeiros a se aventurar mata à dentro.

Lendas e aventuras míticas sempre estiveram presentes e perpassavam, por certo, pelo enriquecimento daqueles agraciados com o repentino encontro com uma montanha de ouro ou algo similar. Uma selva supostamente deserta reforçava a ideia da obtenção de riqueza instantânea e lucro imediato, afinal o ouro estaria lá em algum lugar e não era de ninguém, vez que a única visão que se queria ter era de uma imensidão desabitada. O mítico paraíso inabitado com imensas riquezas moldou a história da Amazônia.

Esse olhar estrangeiro lendário inicial vai se estender pelo período de colonização, passará pela época da emancipação política do país e reverberará até os dias atuais. Tem seu marco inaugural na viagem do aventureiro espanhol Orellana, em 1549, e nas palavras de Loureiro (2009, pp. 30-31)

Desde então a Amazônia tem sido caracterizada, definida, analisada, interpretada e explorada mais a partir do olhar, da expectativa e da vontade do estrangeiro, do explorador – estrangeiro e mesmo brasileiro, posteriormente -, do que pelo olhar de sua gente.

[...] São concepções eivadas de equívocos ou preconceitos que foram coladas à imagem da região; que impregnam o conhecimento sobre ela, estendendo-se desde a forma de conceber a vida social que suas populações deveriam ter até os modos de projetar o desenvolvimento regional.

A fábula de um paraíso desabitado com imensas riquezas à disposição do estrangeiro, aqui entendido como aquele que é alienígena à região, fomenta um modelo de

¹ O termo designaria um monte nas cercanias do Rio Conuris, atual território equatoriano, habitado por lendárias índias guerreiras cuja sociedade era baseada no matriarcado, de modo que não aceitavam a presença masculina em sua aldeia. As indígenas teriam imposto grande derrota ao conquistador espanhol Francisco de Orellana que reportou o fato ao Rei Carlos V, que inspirado na lenda grega das antigas Amazonas, assim batizou o imenso rio. Orellana fora advertido antecipadamente sobre a existência das Icamiabas e as descreveu como altas, portando arco e flecha, que andavam nuas, possuíam metais preciosos e habitavam casas de pedras.

desenvolvimento econômico extremamente predatório, no qual os recursos naturais são explorados sem que se revertam os benefícios às populações locais, muito ao contrário, pois além de se apropriarem das riquezas, o que remanesce, após o esgotamento exploratório, são diversos problemas socioambientais que ficam de herança para os amazônidas, como que a reforçar uma espécie de sina para quem habita este solo, desde os tempos em que Vicente Pizón aprisionou os primeiros indígenas para vender como escravos na Europa, até o recente desastre ambiental ocorrido em Barcarena em 17 de fevereiro de 2018, quando houve um vazamento de rejeitos de bauxita de uma barragem da mineradora Hydro Alunorte, contaminando os mananciais da região (G1/PA, 2018).

Assim, a Amazônia tem sido marcada, ao longo dos mais de 500 anos após o contato com os primeiros europeus, pelo choque cultural e exploratório do nativo com o estrangeiro, em franco benefício deste último.

Modernamente, após o ciclo de abertura de grandes rodovias cortando a região de norte a sul e de leste a oeste, a exploração intensificou-se, com megainvestimentos e obras de imenso impacto socioambiental. Se antes a exploração se assentava no incentivo ao deslocamento de homens para a região, como na época do ciclo da borracha, com viés eminentemente extrativista, cuja consequência ambiental era baixa e pulverizada, agora o que se vê são os grandes projetos minerais, agropecuários e hidrelétricos com vasto potencial danoso.

Impende destacar que esses projetos sempre trazem em seu bojo o discurso hegemônico de desenvolvimento e de modernização da região, em detrimento do estilo de vida e da relação com o ambiente do homem que aqui vive, considerado obsoleto e arcaico, pois o inovador sempre vem de fora. O mito do olhar estrangeiro permanece vivo e tão forte quanto antes e, nessa esteira, os saberes das populações tradicionais são desprezados. Na verdade, a voz dessas populações é somente ouvida para cumprir protocolos formais, nada mais.

No presente artigo, vamos procurar demonstrar que o modelo desenhado no início da colonização permanece o mesmo, com pouquíssimos avanços, na medida em que os estrangeiros se apropriam dos recursos naturais e deixam para as comunidades locais imensos problemas, após alterarem definitivamente o seu modo de vida. As promessas dos grandes projetos, hodiernamente de desenvolvimento sustentável, não passam de retórica para conquistar a opinião pública, corações e mentes, mas, no fundo, a emancipação social propalada por aqueles que aqui aportam em busca de riquezas não passa de uma quimera.

Faremos um esforço da evolução acerca dos ciclos econômicos pelos quais a região

passou para chegarmos ao atual momento dos grandes projetos e as suas consequências. Nos valeremos da pesquisa bibliográfica, lançando mão de dados e indicadores sobre o atual estágio a que os grandes projetos conduziram.

1 O MODELO DE DESENVOLVIMENTO E OS CICLOS ECONÔMICOS NA AMAZÔNIA

A Amazônia, desde o início da exploração europeia, sempre esteve inserida no processo de acumulação de capital em um contexto maior de desenvolvimento do próprio capitalismo internacional. Os ciclos econômicos na região, portanto, sempre tiveram uma característica exportadora, inicialmente extrativista, depois agropastoril, mineral e de produção de energia.

Para melhor compreensão cabe destacar que os ciclos econômicos são caracterizados a partir de uma

[...] noção de que a economia em geral se estrutura com base na produção de um produto fundamental, ou de um conjunto de produtos entre si relacionados, e na relação respectiva com o mercado [internacional] [...], experimenta uma fase de expansão e, depois, ou é relegado a um plano secundário, ou desaparece completamente [...] (COSTA, 2012, p. 21)

Nessa esteira, o ciclo econômico encerra uma fase embrionária, depois um momento de desenvolvimento e, por fim, chega ao seu exaurimento, o que se amolda perfeitamente ao território da Amazônia, pois, desde o período colonial, a região tem sido objeto de políticas de desenvolvimento marcadas pela exploração de um ou mais produtos, conhecendo posteriormente um apogeu e por fim, normalmente, com o esgotamento do recurso natural, o seu abandono definitivo para então se reiniciar a busca por um produto e assim sucessivamente, não sem um período, dentro desses ciclos, muitas vezes de estagnação econômica.

Não se pode perder de vista que a Amazônia está inserida no contexto internacional do capitalismo e os produtos aqui colhidos pelo extrativismo são destinados ao mercado externo, com pouca preocupação com a vocação econômica natural da região, como o aproveitamento de sua biodiversidade. A visão exógena de desenvolvimento, além de olvidar as peculiaridades regionais, despreza também o conhecimento dos povos da região, reforçando estigmas e preconceitos.

No período colonial, o primeiro elemento a ser explorado na região foi o indígena que era escravizado para trabalhar na construção de igrejas, fortificações, fazendas, caminhos e

estradas. Os índios também serviam como mateiros a guiar o colonizador pela floresta e foram fundamentais para o primeiro ciclo econômico, o das chamadas drogas do sertão, pois atuavam na coleta dos produtos florestais destinados ao mercado externo.

A exploração das drogas do sertão foi uma fonte lucros que durante algum tempo fortaleceu os cofres da metrópole portuguesa. Eram produtos extraídos de árvores da floresta nativa, que serviam como temperos ou para fazer remédios, alimentos, tinturas e inúmeros outros fins comerciais. Os portugueses não encontraram ouro na Amazônia, mas as drogas do sertão foram, para o destino dos índios, quase tão devastadoras como o ouro ou a prata noutras coloniais europeias na América Latina (LOUREIRO, 2009, p. 25).

A coleta de produtos vegetais é o sentido básico da chamada economia extrativista, na qual os recursos são retirados diretamente da natureza (DRUMMOND, 1996). Essas mercadorias encontravam na Europa um bom valor comercial, daí o interesse em sua exploração.

Nessa mesma época, houve o incremento do plantio do semidomesticado cacau nativo que, aliado às drogas do sertão, dinamizaram a economia até o seu declínio e o surgimento de um novo ciclo: o da borracha, que ocorreu em fins do Século XIX e início do Século XX. A invenção do processo de vulcanização e o desenvolvimento da indústria automobilística explicam a explosão da demanda mundial pelo látex.

A mão de obra utilizada nesse período foi de migrantes nordestinos que, fugindo da grande seca de 1877-1878 e atraídos pelas promessas dos governos e de empresários, deslocaram-se aos milhares para a Amazônia no primeiro *boom* demográfico da região

A Amazônia tornou-se, de súbito, uma das mais regiões mais rentáveis do mundo. Mas a renda da borracha sempre esteve canalizada para setores específicos e restritos. Concentrou-se em grandes bancos financiadores, casas exportadoras, empresas de transporte e no segmento da oligarquia regional, que empregava os nordestinos no interior da mata.(LOUREIRO, 2009, p 40).

O declínio desse ciclo teve início a partir do ano de 1912, com a concorrência da borracha vinda da Malásia, após o contrabando de sementes². A produção asiática logo se tornou mais atrativa e mais barata, pois as árvores, diferentemente das da Amazônia, não estavam dispersas na mata, o que facilitava sobremaneira a colheita e, por consequência, os custos da produção.

Como já mencionado, após o apogeu de um ciclo, vem o natural declínio, sendo que

2 Em 1876, o inglês Henry Wickham levou consigo 70 mil sementes de seringueiras enroladas em folhas de bananas, a pretexto de produzir chapéus femininos com cores vibrantes, que foram entregues ao Jardim Botânico Real da Inglaterra. Três décadas depois, as colônias britânicas asiáticas, principalmente a Malásia, começaram a produzir látex em boa quantidade e iniciaram o declínio do ciclo econômico da borracha na Amazônia.

houve um período de sobrevida, quando o acesso americano à borracha da Malásia foi fechado em razão da Segunda Guerra Mundial. Porém, com o fim do conflito armado e o surgimento da borracha sintética, o período de alta produção para exportação foi definitivamente encerrado.

Até então, a Amazônia ainda permanecia como um local de difícil acesso, conquanto estivesse incluída ao mercado internacional como produtora de matérias-primas. Foi somente a partir da década de 1960, com o chamado ciclo das estradas, que a região teve seu espaço físico integrado ao resto do país. A abertura de grandes rodovias, como a Belém-Brasília, a Transamazônica e a Santarém-Cuiabá, e a oferta de terras atraíram milhares de pessoas novamente, fomentando a agricultura, principalmente, de grãos como a soja e a pecuária.

A partir dos anos 1970, um novo ciclo teve início na Amazônia. Foi o chamado momento de implantação dos grandes projetos com o estabelecimento de mineradoras e de hidrelétricas. Como o próprio epíteto informa, são megainvestimentos que exigem considerável quantidade de mão de obra e grandes áreas e, por via de consequência, afetam a vida de milhares de pessoas que já residem nos locais onde são implantados.

Cabe ressaltar, porém, que, a despeito do avanço da consciência ambiental, principalmente a partir da ECO 92, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro e a disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável, cuja proposta se pauta pelo respeito à natureza e às pessoas, principalmente às futuras gerações, o que se tem visto no ciclo dos grandes projetos na Amazônia é o modelo de desenvolvimento secularmente estabelecido de economia produtora de matérias-primas, agora repaginadas sob o pomposo epíteto de *commodities*³, voltadas para o mercado externo, com pouca ou nenhuma preocupação com as populações locais e tradicionais, como índios e quilombolas, olvidando os saberes milenares e deixando como herança, normalmente, uma plethora de problemas socioambientais.

As atuais estratégias de desenvolvimento para a Amazônia brasileira continuam sendo configuradas a partir da perspectiva de integração econômica da região à economia global, com o contínuo modelo de ciclos baseado na exploração e na transformação de recursos extrativistas. Isso promove os mesmos padrões iniciados séculos atrás, com descontinuidade e invariâncias compreensíveis no quadro de uma diversidade estrutural que se forma por alternativas de superação de obstáculos à acumulação de capital (COSTA, 2012).

Mesmo com diversas conquistas para se tentar minimizar os impactos trazidos pela

3 Termo em língua inglesa para se referir a produtos de origem primária em estado puro ou semielaborado, as chamadas matérias-primas. Podem ser cultivados ou fruto de exploração mineral, com pequeno grau de industrialização, de baixo valor agregado e cujos preços estão sujeitos a flutuações no mercado internacional.

implantação dos grandes projetos, como, por exemplo, a necessidade de licenciamento, o estudo prévio de impacto ambiental e o relatório prévio de impacto ambiental, a realização de audiências públicas para que se ouça a voz das populações atingidas e a necessidade de contrapartidas, o quadro que se tem visto, como será aprofundado no tópico seguinte, é desolador, pois pautado em um modelo no qual prevalece o olhar estrangeiro de desenvolvimento, excludente e não integrador, concentrador de renda e de riquezas, voltado para as necessidades do mercado externo, enfim, um modelo que deve ser repensado, pois reproduz, com algumas nuances, aquele mesmo mesmo trazido pelo colonizador europeu quando aqui aportou há mais de 500 anos.

2 OS GRANDES PROJETOS GOVERNAMENTAIS

A partir da segunda metade do século passado, o olhar sobre a Amazônia, a partir dos centros capitalistas nacionais e internacionais ganhou um outro viés. Na esteira da sua constituição como área de grande potencial mineral e como território produtor de matéria-prima e energia, a região passou a ser ainda mais cobiçada. Tencionando integrá-la ao resto do país e evitar a sua internacionalização, foram abertas estradas e investido um volume de capital considerável visando a “integrar para não entregar”⁴, lema criado pelos governos militares da época.

A ideia de desenvolvimento seguiu a mesma lógica que dantes: pouca preocupação com as populações locais e o discurso de que era necessário modernizar a região. A modernidade, porém, tinha o olhar alienígena cujo parâmetro era a exploração desmedida dos recursos naturais, como muito pouca preocupação socioambiental.

Com um acentuado volume de investimento, teve início o ciclo dos grandes projetos na Amazônia.

As grandes obras governamentais destinadas à criação de infraestrutura para projetos agropecuários, de exploração mineral e de transformação industrial constituem os vetores da integração de crescente porção do espaço nacional a padrões de ocupação nucleados pela dinâmica capitalista. Ferrovia, rodovias, represas, usinas hidrelétricas e linha de transmissão alteram radicalmente os espaços físicos regionais, seus respectivos ecossistemas terrestres e aquáticos, bem como as redes de relações constituídas sob as bases espaciais até então prevalentes. Desencadeiam nessas áreas, por um lado, movimentos de destruição e de criação direta de relações sociais

4 Os militares, quando assumiram o poder em 1964, movidos por uma política nacionalista, procuraram a integração do país e, principalmente das áreas mais isoladas como a Amazônia, lançando mão da abertura de estradas e rodovias, pois havia uma preocupação com a ocupação do imenso território, dito desabitado, além da possibilidade de internacionalização de suas fronteiras, para tanto era preciso “integrar para não entregar” aos estrangeiros as riquezas da floresta.

associados aos propósitos explícitos dos referidos projetos. Dá-se início, também, por outro lado, a processos generalizados de ruptura dos condicionantes espaciais das formas sociais vigentes nas áreas de influência desses empreendimentos (ACSERALD, SILVA, 2011, p. 61)

Os grandes projetos miravam, basicamente, o potencial energético e mineral e tinham como pressuposto o desenvolvimento e a modernização da economia regional, por meio da estrutura industrial, juntamente com a preocupação de exploração dos recursos naturais. Data desse período a criação de instituições, como SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e BASA (Banco da Amazônia), que tinham como objetivo promover financiamentos, bem como o aparecimento de centros de pesquisas como a UFPA (Universidade Federal do Pará), a FCAP (Faculdade de Ciências Agrárias do Pará) e a EMBRAPA (Empresa Brasileira Pesquisa Agropecuária) na cidade de Belém, tudo lastreado em planos de desenvolvimento pensados pelo centro do poder em Brasília.

O novo ciclo trazia consigo agora um novo elemento e potencialmente mais perigoso: o desarranjo espacial, pois, se ao longo dos três séculos precedentes, a Amazônia tinha tido sua economia baseada no extrativismo vegetal e suas cidades e vilas estavam assentadas nas margens do rio, dessa feita, as cidades passaram a se situar ao longo das rodovias recém-abertas e o extrativismo foi superado, passando a ser assentado na agropecuária, na mineração e na produção de energia, atingindo sobremaneira o modo de vida das populações locais.

Em termos de realização de grandes projetos, os principais empreendimentos que se instalaram na região foram: a Usina Hidrelétrica de Tucuruí/PA (UHT), sobre o Rio Tocantins; o da Mineração Rio do Norte (MRN), de exploração de bauxita metalúrgica, no noroeste do Estado do Pará, no município de Oriximiná; o da Albrás e Alunorte, de produção de alumínio e alumina, respectivamente, localizados nas proximidades de Belém, no município de Barcarena/PA; o Projeto de Ferro Carajás (PFC), no sudeste do Estado do Pará, no município de Parauapebas, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, sobre o Rio Xingu, no município de Altamira/PA e as Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Porto Velho, no Estado de Rondônia.

Conquanto esses projetos tenham sido assentados em áreas com populações indígenas e tradicionais, a ideia que sempre se colocou é que esses territórios eram grandes vazios demográficos e que o desenvolvimento era primordial, de modo que as consequências para o ambiente, a biodiversidade e para o homem da região seriam menores. O progresso era a prioridade e meia dúzia de indígenas não poderia freá-lo.

Fieis ao olhar estrangeiro, todos esses megaempreendimentos foram decididos fora da

região, seja pelo governo federal no plano nacional, seja pelas grandes mineradoras multinacionais, no plano internacional. A sociedade local teve pouca ou mesmo nenhuma interferência nas decisões e negociações, conquanto aqui fiquem as grandes consequências da opção por esse modelo de desenvolvimento.

Em razão da grandiosidade das obras, a fase de implantação demanda um volume monumental de mão de obra, mas que vai diminuindo paulatinamente à medida que os projetos entram em funcionamento. A atração do grande contingente populacional desarranja a vida das comunidades locais que, se já sofriam com a ausência de infraestrutura de serviços públicos de saúde, saneamento e educação, dentre outros, passam a padecer mais ainda.

O desarranjo socioespacial, o desmatamento, a perda da biodiversidade, os conflitos com indígenas e com as comunidades tradicionais são algumas das consequências externas aos projetos, dado o modelo de desenvolvimento adotado. Mas há mais. Em razão de se situarem em rincões da região, longe das áreas urbanas e pela concentração numerosa de trabalhadores, não raro, por falta de um plano prévio interno, seja de negociação, seja de previsibilidade de possíveis problemas, surgem conflitos dentro dessas obras que levam os trabalhadores a radicalizar suas ações reivindicatórias.

Notícias veiculadas na imprensa nacional dão conta de sérios conflitos internos nas áreas dos projetos. À guisa de exemplo, na construção da Usina Hidrelétrica de Jirau em Porto Velho/RO, houve queima de alojamento e depredações do canteiro de obras em razão de acordo trabalhista que não foi aceito por uma parcela do operariado (G1, 2012). Fato semelhante ocorreu na construção da Hidrelétrica de Belo Monte em Altamira/PA, com a queima de alojamentos por parte de trabalhadores devido a insatisfação por questões relacionadas às condições de trabalho (O GLOBO, 2013).

Elevado número de acidentes de trabalho, excesso de jornada, não concessão de intervalos regulares para descanso, são alguns das queixas dos trabalhadores nas obras. Um relatório preliminar da Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente, Plataforma Dhesca Brasil, apontava a causa das possíveis revoltas dos trabalhadores nas obras de Jirau:

As obras das usinas hidrelétrica de Jirau e Santo Antônio estão sendo implementadas em prazo inferior ao previsto no leilão de venda de energia visando à maximização de lucros para os empreendedores, com a contratação de um contingente de trabalhadores superior ao previsto no EIA/RIMA, com uso intensivo de horas extras, adoção de medidas de segurança patrimonial abusivas e cuidados insuficientes das condições de saúde e segurança do trabalho.

Esse conjunto de fatores levou à eclosão da greve de 2009 em Santo Antônio e contribuiu para a revolta de março de 2011 em Jirau (DHESCA BRASIL, 2011, p.

16)

A entrega da obra em prazo inferior ao previsto teve o objetivo de maximizar lucros e, para tanto, não se teve pudor algum em monetarizar a saúde dos trabalhadores. O patronato aproveitou-se da avidez dos empregados por ganhos imediatos maiores para, por meio de mecanismos de compensação financeira, impor-lhes estafantes jornadas e precárias condições laborativas, com o significativo aumento do número de acidentes do trabalho, pois é certo que esse *modus operandi* de maximização dos lucros apresentaria sua fatura social, o que efetivamente aconteceu nas obras de Santo Antônio de Jirau em Porto Velho/RO.

Segundo a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Rondônia – SRTE/RO ocorreram 6(seis) mortes de trabalhadores em acidentes do trabalho nas obras das duas hidrelétricas, sendo que duas dessas mortes aconteceram em 2011.

A estimativa da SRTE/RO é que até o presente momento cada uma das obras tenha recebido cerca de 1.000 autuações por descumprimento da legislação trabalhista. Em 2009 foram libertados 38 trabalhadores de uma empreiteira contratada para a prestação de serviços na obra da hidrelétrica de Jirau encontrados em condição análoga de escravo.

O Ministério Público do Trabalho - MPT ajuizou em julho de 2010 uma ação civil pública [Processo nº 756/2010, ajuizado perante a 5ª Vara do Trabalho de Porto Velho em 17/07/2010] em face da concessionária da obra da hidrelétrica de Santo Antônio e da Construtora Norberto Odebrecht pela “situação de extrema gravidade” encontrada por inspeções da SRTE/RO, sustentando inclusive que a Construtora Norberto Odebrecht estaria atuando com “acentuado grau de negligência”.

Somente nessa ação foram registrados 267 autos de infração emitidos contra o Consórcio Santo Antônio Energia e/ou a Construtora Norberto Odebrecht. Nessa mesma ação foi registrado que não estaria sendo respeitado nem o intervalo mínimo intrajornada de 11 horas, nem o repouso semanal remunerado, com a prática de jornadas superiores a 10 horas diárias, o que viola a legislação trabalhista

Na entrevista realizada com representante do sindicato dos trabalhadores foi informado que os trabalhadores acampados chegavam a praticar jornadas superiores a 60 horas semanais nas obras das duas hidrelétricas.

A violação de direitos era tamanha que foram requeridas 109 medidas liminares em antecipação de tutela pelo Ministério Público do Trabalho, das quais foram deferidas pela Justiça do Trabalho 51 medidas liminares. (DHESCA BRASIL, 2011, pp. 16-17)

A descrição das inúmeras irregularidades acima nos remete aos primórdios da Revolução Industrial, quando jornadas excessivas, mutilações e mortes eram a tônica. Pior, até mesmo empregados em condições análogas à de escravo foram encontradas nas obras de Jirau, parecendo que o canteiro de construção da usina era um território à parte, onde não havia o império da Lei, onde se desprezava toda a conquista civilizatória, onde trabalhadores eram tratados tais quais os indígenas do início da colonização.

É esse mesmo olhar externo, do homem estrangeiro, que explora, que toma para si as riquezas, que passa por cima de tudo e de todos, seja daqueles que trabalham em benefício do

empreendimento, seja daqueles que aqui vivem, que permite e incentiva a imposição dessas condições laborativas.

Mas não para por aí. Nos canteiros de obra, havia relatos de abusos e de medidas coercitivas por parte da segurança patrimonial, tudo para coibir atos daqueles que não se enquadrassem no regime de trabalho imposto. Houve, inclusive, denúncias de assédio moral praticado contra os trabalhadores.

Além das péssimas condições trabalhistas os trabalhadores da obra de Jirau denunciam que antes da revolta a segurança patrimonial daquele empreendimento fazia uso abusivo e ilegal de medidas coercitivas, chegando mesmo ao nível de assédio moral, o que está sendo objeto de investigação pelo Ministério Público Federal e Estadual em Rondônia.

Ainda segundo o STICCERO contribuiu para a revolta a demora da Camargo Corrêa em proceder a reclassificação de 2.500 trabalhadores que tinham passado por processo de qualificação.

O STICCERO registra a ainda a existência de um “cartão fidelidade”, que num cartão de débito em que se creditava mensalmente valores de até R\$ 600,00, fora da folha de pagamento, “para empregados que não faltam, não adoecem, não tiram férias e não visitam a família”. Segundo o STICCERO, esse cartão é largamente aceito pelo comércio local, inclusive em clubes vinculados a prostituição.

Parcela expressiva dos trabalhadores foi contratada fora do Estado por intermediários, com condições diferenciadas em relação aos trabalhadores contratados diretamente pelas empresas, causando elevados níveis de insatisfação. (DHESCA BRASIL, 2011, pp. 16-17)

Veja-se que, para transformar, o homem trabalhador da construção civil das usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio em verdadeiras máquinas, houve a criação de um cartão fidelidade consistente em um pagamento “por fora” no importe de R\$ 600,00 como prêmio aos que não faltassem ao trabalho, não gozassem férias, nem visitassem a família. O homem de Jirau e Santo Antônio virou “suco” a ser consumido pelo trabalho em nome do progresso e da maximização dos lucros.

Os grandes projetos, portanto, não trazem problemas somente para as comunidades adjacentes nas quais se instalam, pois, mesmo internamente, as áreas das grandes obras são um palco para o descumprimento da legislação trabalhista e não existem mecanismos que propiciem amenizar o seu impacto ou propor possibilidade de negociações com os próprios trabalhadores a fim de criar canais nas quais os problemas pudessem ser debatidos.

As condições para a eclosão de conflitos trabalhistas são propícias, portanto, pois a necessidade de aceleração dos projetos para a obtenção de lucro e para o cumprimento dos prazos, muitas vezes movidos por fatores de ordem política, levam ao excesso de jornada, à monetização da saúde e à não-concessão regular de intervalos, vulnerabilizando as condições de segurança e potencializando a ocorrência de sinistros laborais.

Outros indicadores também apontam para a problemática dos grandes projetos na Amazônia que contrariam as promessas de desenvolvimento regional. As áreas atingidas, não raro, tem um aumento dos índices de pobreza, de violência e piora das condições sanitárias, como abaixo se verá.

Os megainvestimentos parecem que trazem consigo, em seu DNA, que remonta à chegada dos primeiros colonizadores, promessas de desenvolvimento, modernização e dinamização da economia, mas o que se tem constatado é que sua implantação têm trazido muito mais problemas para a região do que efetivamente soluções, seja no âmbito interno, nas relações laborais, seja no âmbito externo, nas relações com as comunidades onde as obras são implantadas.

3 OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DOS GRANDES PROJETOS

Há vários exemplos para retratar os impactos socioambientais promovidos pelas obras de implantação dos grandes projetos, porém, vamos nos ater a alguns casos específicos, mas que são emblemáticos da situação que permanece, após o encerramento da fase de assentamento das obras.

Os exemplos abaixo relatados servem como parâmetro para os demais casos de como os grande projetos desarranjam a vida das comunidades locais. Analisaremos um exemplo sob aspecto ambiental, na área de implantação do projeto Albrás/Alunorte; outro, sob o aspecto sanitário, na área de construção de Usina Hidrelétrica de Tucuruí/PA e, por último, o aumento da violência urbana nas áreas de construção das Usinas de Belo Monte em Altamira/PA e de Jirau e Santo Antônio em Porto Velho/RO.

O projeto Albrás/Alunorte implantado nas cercanias do município de Barcarena, no Estado do Pará, tem sido, com frequência maior do que se esperava, acusado de poluir os mananciais da região, em franco prejuízo das comunidades que dependem das águas dos rios e igarapés para sobreviver, pois a atividade da pesca de subsistência é atingida diretamente pela contaminação.

Em 08/04/2003, reportagem do jornal *OLIBERAL* (NOTÍCIAS AMBIENTAIS, 2003), caderno Atualidades, tinha como manchete “A mortandade de peixes deixa em alerta órgãos ambientais”. A matéria veiculada mostrava o aparecimento de centenas de peixes mortos no rio Arrozal, onde o Rio Murucupi deságua. Moradores informavam que a água, antes cristalina, ganhou um tom marrom avermelhado. Na cabeceira do rio, desaguam os esgotos da Vila dos Cabanos e da fábrica da Alunorte.

Em nova matéria, datada do dia 12/04/2003, o jornal *OLIBERAL* (ESTUDOS AMAZÔNICOS, 2012), caderno Atualidades, tinha como manchete “Sindicato dos Químicos encontra tubulação poluindo Rio Murucupi” na qual informava a entidade descobriu uma tubulação que saía da empresa e expelia resíduos de cor avermelhada que se espalhavam por toda a estrada, atingindo a nascente do Rio Murucupi. A reportagem prossegue informando que o presidente do Sindicato, Manoel Paiva, disse que a tubulação saía de um local próximo às baias de rejeitos da Alunorte, mas não passa pela “ala 82”, na qual são tratados os rejeitos químicos para garantir a redução de impactos ambientais.

Uma amostra do material viscoso e de cor avermelhada com partículas sólidas foi coletada no local. Segundo o presidente do Sindicato, a gerência ambiental da Alunorte informou desconhecer a tubulação. “Eles se comprometeram a investigar a origem da tubulação, analisar as amostras e nos apresentar os resultados em uma reunião na próxima quarta-feira”, informou. Paiva também disse estranhar o desconhecimento da empresa sobre a tubulação. “Se eles não conhecem, há alguma falha muito grave no controle da emissão de rejeitos e dos impactos ambientais”, ressaltou. Assim finaliza a reportagem do jornal (ESTUDOS AMAZÔNICOS, 2012).

Mas como a história da Amazônia parece repetir ciclos, tais quais os econômicos, em fevereiro de 2018, notícias veiculadas na imprensa informavam possível vazamento de dejetos na área da mineradora, agora denominada Hydro Alunorte. No dia 21 de fevereiro, a empresa manifestou-se negando qualquer incidente, garantindo que a barragem se manteve firme, intacta e sem vazamentos.

Reportagem do portal de notícias G1 Pará (G1, 2018) informou que, em 22 de fevereiro, o laudo do Instituto Evandro Chagas (IEC) confirmou a contaminação em diversas áreas de Barcarena, nordeste do Pará, provocada pelo vazamento das barragens de rejeitos de bauxita da mineradora norueguesa. "A empresa fez uma ligação clandestina para eliminar esses efluentes contaminados", revelou Marcelo Lima, pesquisador em saúde pública do IEC (G1, 2018).

Tais quais os projetos, os desastres ambientais são de grande magnitude, pois além de atingirem o meio ambiente e a biodiversidade, prejudicam toda a comunidade do local onde estão instalados, que, normalmente, retira da natureza sua sobrevivência e depende do equilíbrio ambiental para a sua subsistência.

Passemos agora a questão sanitária envolvendo os grandes projetos em que houve o aumento da incidência de malária na área de construção da UH de Tucuruí, no Pará.

A construção da Usina Hidrelétrica foi responsável pela eclosão de um surto de

malária na região do Rio Tocantins, nas décadas de 1970 e 1980, cabendo destacar que o programa de erradicação da malária havia conseguido resultados extremamente favoráveis até a década de 1960, pois mesmo com

[...] características ecológicas propícias ao desenvolvimento do vetor da doença, a população estava fixa ao longo dos rios, os investimentos eram reduzidos produzindo pouco estímulo migratório e baixo impacto sobre os ecossistemas” (COUTO, 1996, p.17).

A grande obra alterou significativamente esse cenário de controle da doença, pois a floresta tropical, aliada ao constante movimento de pessoas na área e à baixa imunização, tornou endêmica uma doença que se acreditava estar sob controle. “A alta prevalência elevou a morbimortalidade por malária, situação agravada pela insuficiente rede de serviços de saúde e de infraestrutura social, além da reduzida efetividade das medidas de controle (FUNASA/MS, 1995).

Evidentemente que, em uma região com a propensão para a propagação da moléstia, a falta de políticas públicas antecedentes à construção da usina, principalmente no setor de saúde e de infraestrutura sanitária, foi uma das grandes causas do aumento exponencial da doença.

Em Tucuruí, o crescimento e o declínio da malária coincidem com o período de construção da e operação da hidrelétrica. A partir de 1975, observa-se o crescimento explosivo da malária no município de Tucuruí, que se prolonga por todo o período de construção; em 1984, ao final do período de construção, a malária atinge seu pico máximo (Incidência Parasitária Anual - IPA = 149%) (COUTO, 1996, FUNASA/MS, 2000)

Os indicadores apontam que o aumento do número de casos de malária na região demonstram que a infraestrutura dos serviços de saúde não dá conta do grande fluxo migratório que ocorre em áreas dos grandes projetos. Estamos a apontar somente o caso paradigmático da malária, mas é certo que outras doenças tropicais devem ter tido aumento significativo, como é o caso da leishmaniose.

A construção de hidrelétricas em regiões tropicais tem produzido impactos negativos de grande magnitude. Há desestruturação socioeconômica e ecológica: formação de grandes lagos, inundação de floresta tropical. Isso compromete a biodiversidade e determina mudanças no perfil epidemiológico, produzindo efeitos deletérios sobre a saúde das populações (COUTO, 1996, p. 133)

A desordenada ocupação das áreas adjacentes aos projetos acarreta o desequilíbrio e propicia o reaparecimento de doenças que estava em franco controle epidemiológico, como

foi o caso da malária em Tucuruí/PA, por ocasião da construção da usina hidrelétrica.

Mas há vários outros problemas, de toda ordem, dentre os quais, analisaremos a questão do aumento da violência urbana nas áreas dos grandes projetos.

Em junho de 2017, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) divulgou números da violência urbana no país. Os dados referiam-se ao ano de 2015 e a cidade de Altamira, no Pará, era a que registrava o maior número de homicídios do Brasil, ocupando o topo do ranking das cidades mais violentas.

A grande responsável por essa explosão de violência foi a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, sem a mínima sombra de dúvida. A obra transformou a antes pacata cidade de Altamira em um verdadeiro “velho oeste” amazônico, dados os números que a violência atingiu. Para se ter uma ideia da magnitude do problema, basta se verificar a estatística dos homicídios.

Segundo o departamento de informática do SUS (DATASUS, 2017), no ano de 2000, quando mal se falava na construção de Usina, a cidade era tranquila e tinha uma taxa de homicídios de 8 mortes por 100 mil habitantes. Em 2015, esse número alcançou a estratosférica marca de 135 mortes por 100 mil habitantes, tornando Altamira, em números, comparada com os mais altos índices de mortalidade do planeta. São “números de guerra”.

Normalmente, o grande contingente de pessoas atraído pela obra não consegue ser absorvido em sua totalidade e os melhores postos são logo preenchidos, sendo que parte dessa população migrante se amontoa nos bolsões de miséria que se formam no entorno da cidade, constituindo-se em presa fácil para o tráfico de drogas e o incremento do crime.

Os resultados indicaram, a partir do início da construção da usina, um vigoroso crescimento da violência, que atinge a população nos cinco municípios diretamente afetados pelo projeto em dimensões proporcionalmente muito maiores do que acontece em outras sub-regiões do estado do Pará. Tais municípios tiveram sua estrutura social, econômica e ambiental profundamente alterada com a chegada das empreiteiras encarregadas da construção e a migração de grandes contingentes de pessoas oriundas de todas as partes do Brasil. Tal mudança, ocorrida em um curto período de tempo, modificou profunda e bruscamente as formas tradicionais de interação cultivadas pelos moradores nativos da região, e pressionou de maneira vertiginosa os gestores locais e estaduais para oferecerem serviços públicos em quantidade e qualidade – reivindicações muito difíceis de serem atendidas, entre outros motivos, pela escassez de recursos vinculados ao projeto para o atendimento das novas necessidades exigidas pela população.

Mais uma vez se confirma, nesse empreendimento, a costumeira falta de preocupação com a população local, sobretudo, com suas consequências sociais. A exemplo do que já aconteceu em outros projetos, também é possível prever para este que a conclusão da fase de construção intensificará ainda mais os conflitos agrários da região, ao mesmo tempo em que tenderá a consolidar um mercado de drogas cuja mão de obra abundante e barata virá exatamente das populações desassistidas, que não terão lugar na fase de operação da usina. (REIS, SOUZA, 2016, pp. 226-227)

Não foi aproveitada a lição anterior, pois idênticos acontecimentos se passaram quando da construção das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Porto Velho, no estado de Rondônia, pois os números apontavam idêntica situação de crescente números da violência naquele município, por conta do grande fluxo migratório em razão das obras.

O número de homicídios dolosos cresceu 44% em Porto Velho entre 2008 e 2010. A quantidade de crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual subiu 18% no período. Já os estupros tiveram um crescimento de 208% entre 2007 e 2010, quando foi atingida a terrível marca de 392 estupros (tinham sido 127 em 2007) (DHESCA BRASIL, 2011, p. 22).

Como já mencionado anteriormente, continuamos mergulhados em um ciclo de desenvolvimento que deixa os amazônidas reféns das políticas decididas noutro lugar, tornando a região eternamente uma espécie de agente passivo ao qual resta apenas suportar uma sina de pobreza, violência, desrespeito e miséria.

Os casos e os indicadores acima são somente uma pequena amostra dos sérios impactos socioambientais dos grandes projetos gestados nos gabinetes de Brasília e que em nada têm contribuído para que a Amazônia encontre sua vocação econômica. São números que colocam em xeque o modelo proposto, mas, ao que parece, está em plena expansão, a despeito dos dados. Quanto mais potencialmente danoso, mais ganha força, dentro da lógica de ciclos, já que existe a previsão da implantação de quase uma centena de usinas hidrelétricas em toda a região⁵.

CONCLUSÃO

A Amazônia tem seguido uma sina que lhe marca a história desde os tempos dos primeiros colonizadores. Como região mítica, continua a despertar poderosos interesses de grupos econômicos nacionais e estrangeiros em busca de suas riquezas naturais. Seu imenso potencial, que deveria servir como fonte de emancipação para sua população, tem sido, na verdade, o chamariz para a sua espoliação.

O modelo adotado desde sempre tem se repetido no caso dos chamados grandes projetos que se pautam sempre por uma olhar de fora da região. Esse modelo tradicional, conquanto já suficientemente testado, com todos os seus resultados deletérios, parece que sempre se retroalimenta e ganha corações e mentes que teimam em desenvolver a região ao custo do desmatamento e da pobreza de sua gente.

5 O plano nacional de energia 2030 produzido pelo Ministério das Minas e Energia prospecta que a demanda por energia seguirá aumentando e propõe, dentre outras alternativas, a construção de dezenas de hidrelétricas no território amazônico.

Nesse aspecto, mister se faz repensar antigas soluções e propor modelos alternativos, como, valendo-me das palavras de SANTOS (2004, p. 21), um desenvolvimento que seja durável e não somente feito de ciclos que vem e vão, assentado na justiça social e de perfil distributivo, com respeito às diferenças e que possa se contrapor como verdadeira alternativa mesmo ao modelo hegemônico.

Temos os recursos naturais, temos a possibilidade de utilizar um cabedal científico de pesquisas já desenvolvidas na região pelas nossas academias, temos a possibilidade de angariar recursos financeiros, pois a preservação ambiental é um item da pauta do dia entre as nações mais desenvolvidas. LOUREIRO também conclama pela busca dessa via alternativa quando afirma que

É necessário agora criar vias alternativas, tão diversificadas quanto à inventividade dos grupos sociais puder criar, com base nas possibilidades que a natureza puder oferecer, aproveitando os saberes tradicionais e alinhando-os aos científicos num esforço sempre renovado de criar formas de produção de vida social. Formas novas, baseadas em princípios éticos e de solidariedade social, tais como: voltar-se para as populações locais e, aproveitando-se dos saberes tradicionais das populações locais e aos científicos, aplicá-los positivamente na produção da sociedade, com respeito à natureza e às gerações futuras que dela precisarão para sua sobrevivência. Por sua vez, enquanto o desenvolvimento hegemônico volta-se cada vez mais para o global, o foco do desenvolvimento alternativo, ou de um outro desenvolvimento, está centrado mais centrado mais em possibilidades locais, reporta-se a populações reais que se encontram hoje num espaço definido, no caso, o amazônico (2009, p. 235)

Os grandes projetos continuam a seguir a lógica dos ciclos econômicos, qual seja, início, apogeu e exaurimento, e têm provocado o desarranjo espacial das populações da Amazônia, causando grandes problemas socioambientais, sempre pautados, porém, em um discurso de desenvolvimento com o fim de superar a pobreza da região.

Os indicadores, entretanto, têm mostrado a falência desse modelo e a necessidade de sua substituição por uma nova visão de desenvolvimento que assegure a inclusão social das populações locais e não sua exclusão, aliado à preservação ambiental na busca da vocação natural da região que é, sem dúvida, sua rica biodiversidade, cuja manutenção é necessária para o equilíbrio do planeta.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri. SILVA, Maria das Graças. Rearticulações sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia – o caso de Tucuruí. In: ZHOURI, Andrea (Org). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

AMBIENTE BRASIL. **Rio em Barcarena /PA apresenta significativa mortandade de peixes.** Disponível em <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2003/04/09/10285-rio-em-barcarenapa-apresenta-significativa-mortandade-de-peixes.html>> Acesso em 06set.2018.

BECKER, Bertha. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro.** 12ª ed. Rio de Janeiro: Global, 2012.

COELHO, Pedro Motta Pinto. **Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado.** Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1992.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970).** Belém: NAEA, 2012. (Coleção Economia Política da Amazônia. Série III - Formação histórica, v. 1).

COUTO, Rosa Carmina de Sena. **Hidrelétricas e Saúde na Amazônia: estudo sobre a tendência da malária na área do lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Pará.** Tese (Doutorado em Saúde Pública)- ENSP/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 1996.

COUTO, Rosa Carmina de Sena. Malária: o custo social da Hidrelétrica de Tucuruí-PA, Brasil. In: **Saúde, Trabalho e Meio Ambiente: políticas públicas na Amazônia.** COUTO, Rosa Carmina; CASTRO, Edna; ACEVEDO, Rosa (Org.). Belém: NAEA/EDUFPA, 2002.

DHESCA BRASIL. **Violações de direitos humanos nas hidrelétricas do Rio Madeira.** Relatório Preliminar de Missão de Monitoramento. 2011. Disponível em <file:///C:/Users/29381363234/Downloads/r_dhescas_missao_rio_madeira.pdf>. Acesso em 15jul.2018.

DATASUS. Disponível em <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&id=1878964>>. Acesso em 15jul.2018.

DRUMMOND, José Augusto. **A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 6, p. 115-137, jul. 1996.

ESTUDOS AMAZÔNICOS. **Os grandes projetos e a economia regional.** Disponível <<http://castro-amazonia.blogspot.com/>> Acesso em 16jul.2018.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FUNASA/MS. **Controle da Malária. Diretrizes Técnicas.** Brasília. 1995.

FUNASA/MS. **Informações epidemiológicas sobre malária. 1962-2000.** Belém. 2000.

G1. GLOBO. **Manifestantes queimam alojamentos em Usina de Jirau, diz secretaria.** Disponível em <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/manifestantes-queimam-alojamentos-em-usina-de-jirau-ro-diz-secretaria.html>>. Acesso em 16jul.2018.

G1. GLOBO. **Vazamento de rejeitos em Barcarena é destaque na imprensa da Noruega.** Disponível em <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/vazamento-de-rejeitos-em-barcarena-e-destaque-na-imprensa-da-noruega.ghtml>>. Acesso em 18jul.2018.

IPEA. **Atlas da Violência 2017.** Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253>. Acesso em 16jul.2018.

JACKSON, Joe. **O Ladrão no Fim do Mundo.** Como um inglês roubou 70 mil sementes de seringueira e acabou com o monopólio do Brasil sobre a borracha. Tradução Saulo Adriano. São Paulo: Objetiva, 2011.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário.** 4ª ed. Belém: Cultura Brasil, 2015.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no Século XXI – Novas Formas de Desenvolvimento.** São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009.

MELLAGI FILHO, Armando. **Mercado de commodities.** São Paulo: Atlas. 1990

OGLOBO. **Após protesto trabalhadores paralisam as atividades.** Disponível em <<https://oglobo.globo.com/economia/apos-protestos-trabalhadores-de-belo-monte-paralisam-as-atividades-6706119>>. Acesso em 17jul.2018.

OLIBERAL. **Mortandade de peixes em Barcarena deixa em alerta os órgãos ambientais.** Caderno Atualidades. Belém. 08/04/2003.

OLIBERAL. **Sindicato dos Químicos encontra tubulação poluindo rio Murucupi.** Caderno Atualidades. Belém. 12/04/2003.

REIS, João Francisco Garcia. SOUZA, Jaime Luis Cunha de. **Grandes projetos na Amazônia:** a Hidrelétrica de Belo Monte e seus efeitos na Segurança Pública. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Vol.9 – no 2 – MAI-AGO 2016 – pp. 215-230.

PLANO NACIONAL DE ENERGIA 2030. disponível em <<http://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-165/topico-173/PNE%202030%20-%20Proje%C3%A7%C3%B5es.pdf>> Acesso em 09set.2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa.(Org.). **Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista.** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, Brasil, 2005.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In. **O Novo Mapa do Mundo: Fim do Século e Globalização.** Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza (et alli). São Paulo : Hucitec/ANPUR, 2002.